

Política e racionalidade econômica

ANTONIO DIAS LEITE



razões de pessimismo. Basta lembrar, mais uma vez, que a tributação dos títulos de crédito de renda fixa foi alterada nove vezes em 1986. Até as regras do Imposto de Renda têm que ser mudadas quinze dias antes de sua aplicação. E o governo não tem força ou disposição para fazer com que as leis vigentes se cumpram, espalhando-se de forma impressionante a desobediência civil.

A grande incerteza reside na expectativa sobre o comportamento do Congresso constituinte.

Tradicionalmente, o Poder Executivo procurou legislar o mais possível, e isso com especial ênfase depois que se criou o decreto-lei, utilizado como instrumento quase exclusivo da Nova República na implantação e administração do Plano Cruzado —embora o discurso fosse oposto. A razão alegada foi, quase sempre, a de que o predomínio da demagogia no Congresso tornava perigoso o envio, para discussão, de qualquer projeto de lei no campo econômico ou social. No pressuposto de que o Poder Executivo estaria menos afetado pela demagogia, o que não é sempre verdadeiro.

A continuidade dessa prática do decreto-lei vem trazendo como consequência o desprestígio da legislação e concorrendo para a generalização da desobediência civil, sob a alegação da ilegitimidade das decisões adotadas pelo Poder Executivo.

A implantação da democracia representativa requer a cortejo desse desvio centralizador e autoritário. E exige o debate nacional. O local adequado é o Congresso Nacional.

Mas será que a representação popular adquiriu maioridade? E que se pode contar com o predomínio do voto racional e responsável sobre o demagógico? E que se possa esperar

Fenaban e ao BB. Os bancários rejeçaram a proposta. Irritado com a negativa do comando, o presidente do TST discutiu com a repórter Patrícia Marins da "TV Nacional", quando esta lhe perguntou se havia prevalecido a posição da Fenaban de

o diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sérgio Rosa, a virtual decretação da ilegalidade do movimento não muda em nada a posição da categoria. "A greve vai prosseguir mesmo com a ilegalidade, a exemplo do que ocorreu com o

derado otimismo. Uma ocorrência justificam mo-
 rência reforça o pessimismo. Uma expectativa deixa incerteza.
 Manifestei recentemente a esperança, em entrevista à revista "Sem-hor" (17 de março), de que surgissem no Congresso lideranças fortes capazes de conduzir, de forma consistente e ordenada, o debate em torno das questões fundamentais da política nacional e, em particular, das diretrizes de um programa econômico e social coerente e exequível. Pois bem, parece que vêm de surgir essas lideranças, com atitudes definidas. Espera-se que outras ainda venham a evidenciar-se nos próximos meses, o que justifica otimismo.

A organização dos trabalhos sob coordenação dessas lideranças é condição indispensável para que se alcance a esperada maioria política, embora não suficiente, já que há outros requisitos a atender, o que justifica moderação no otimismo.

Um grande número de governadores recém-eleitos em Estados estrangeiros pela folha de salários dos respectivos funcionários mostram disposição de combater o empirismo, esse mal crônico que paralisa o serviço público no Brasil. A decisão manifestada, que decorre de uma necessidade de sobrevivência, justifica otimismo moderado. Falta comprovar a convicção e a firmeza de atitude que assegurem a sustentabilidade futura no exercício dos governos estaduais e municipais. E, principalmente, que essa onda possa chegar ao Congresso e mesmo à Constituinte para uma redefinição duradoura do quadro de serviço público, que restabeleça a sua dignidade.

A terceira razão de otimismo, talvez ainda com maior moderação, decorre de manifestações ainda em